



## ENCONTRO DA OCDE, DISCUTE METAS PARA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS



Alain Bernard e Sergio Razera em encontro na OCDE em Paris

Pensar no futuro ao planejar e implantar a gestão dos recursos hídricos foi a principal questão defendida no 9º Encontro Internacional sobre a Iniciativa para a Governança da Água, promovido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na França, entre os dias 3 e 4 de Julho.

Representantes da Ação Eco Cuencas, da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ, além de diversas outras entidades como ANA (Agência Nacional de Águas) e o OIEAU (Escritório Internacional da Água) participaram do evento.

O encontro teve uma sessão inteira dedicada ao projeto piloto das Bacias PCJ dentro da Ação Eco Cuencas, que discutiu o aprimoramento de recursos hídricos na América Latina e a adaptação diante das mudanças climáticas.

“Se não agirmos agora e não tivermos planejamento, teremos problemas, porque as mudanças climáticas estão em curso. A Ação Eco Cuencas está nos fazendo pensar no futuro”, ressaltou

Sergio Razera, diretor presidente da Agência das Bacias PCJ. Como exemplo de mudanças climáticas, Razera citou a chuva na região das Bacias PCJ. “Se você pegar os últimos 10 anos e comparar com os últimos 50 anos, a chuva está caindo de forma diferente, mais concentrada”, observou.

Além de Razera, também estiveram no evento o coordenador de Sistemas de Informações da Agência PCJ, Eduardo Cuoco Léo, o secretário executivo dos Comitês PCJ Vinicius Rosa Rodrigues, o vice-presidente dos Comitês PCJ, Marco Antônio dos Santos, e também o professor e consultor da Ação Eco Cuencas, Antonio Eduardo Giansante (FESPSP).

Para Marco Antônio dos Santos, a metodologia de planejamento debatida na OCDE é bem diferente da utilizada no Brasil “Aqui nós fazemos o planejamento olhando para o passado, ou seja, para os passivos ambientais, na Europa o planejamento é realizado

olhando para o futuro, ou seja, o que é preciso ser feito daqui para frente, para que em 2030, por exemplo, nós não tenhamos que fazer às pressas a um custo altíssimo”.

Vinicius Rosa Rodrigues destaca que é importante o envolvimento dos Comitês nessa discussão, pois a partir dos debates, muitas ações práticas certamente terão outro dimensionamento e, necessariamente passarão pela questão das fontes de recursos visto que, os municípios, os grandes interessados; seja porque são os beneficiários desse planejamento mais robusto, mas também são os responsáveis pela execução das ações que estarão no Plano de Bacias.

Na base das discussões do evento, esteve a “Agenda 2030”, preconizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O documento traz 17 objetivos (e 169 metas) para o desenvolvimento sustentável. Entre esses objetivos, oito são do tema “Água Potável e Saneamento”.

Para saber mais, [clique aqui](#).

# Networking

**Projeto Piloto desenvolvido por componente 3 da Ação apresenta propostas para a gestão da água**

**Primeira etapa da revisão do Plano das Bacias PCJ servirá de base para metas e ações até o ano de 2035**



*Giansante comenta importância do projeto piloto*

A Ação Eco Cuencas foi dividida em quatro componentes, o primeiro; diagnóstico, o segundo; elaboração de um manual sobre cobrança pelo uso dos recursos hídricos, o terceiro; o projeto piloto, que traz propostas para o avanço da gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, o quarto; networking, divulgação, treinamento e capacitação; que divulga em várias plataformas os conteúdos produzidos pelos parceiros e pretende disseminar conhecimento e trocar informações, colaborando com o planejamento e a governança da água. Todas as atividades são sempre realizadas em cooperação com parceiros europeus e latino-americanos.

A partir dos produtos anteriores e também entrevistas com os mais variados segmentos do setor água e com a vivência nas Bacias PCJ, foram selecionados quatro grandes grupos de proposições, distribuídos nos seguintes temas e propostas.

- **PLANEJAMENTO:** internalização da elaboração do Plano de Bacias e ampliação de conteúdo, considerando medidas de adaptação e mitigação perante os eventos extremos decorrentes de mudanças climáticas.
- **COBRANÇA:** atualização monetária dos valores cobrados pelo uso da água e estudos para a questão do lançamento dos nutrientes, tendo em vista o estado trófico apresentado por trechos de corpos d'água durante a estiagem excepcional do biênio 2014/15.
- **INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** os geradores de dados e informações das Bacias PCJ precisam criar uma base intercambiável entre todos que necessitem utilizá-los para análises e estudos, sejam órgãos governamentais, universidades ou outros parceiros e entidades diversas. Isso otimiza os usos das informações sistematizadas e tem potencial para reduzir os custos dos atuais bancos de dados.
- **BOAS PRÁTICAS:** incentivo a programas existentes como o de Prestação de Serviços Ambientais e ampliação a outros como os relacionados à implantação de infraestrutura verde.

A adoção dessas propostas e sua implantação progressiva por meio de recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, tornam as Bacias PCJ mais resilientes às mudanças climáticas ao adotar medidas adaptativas e mitigadoras. Bacia hidrográfica bem gerenciada é menos vulnerável a eventos extremos, como os ocorridos em períodos recentes nas Bacias PCJ.

A consulta pública da primeira etapa da revisão do Plano das Bacias Piracicaba, Capivari e Jundiá, realizada em agosto com a apresentação do diagnóstico durante consulta pública na Câmara Municipal de Campinas, servirá de base para planejar e fundamentar as metas necessárias até 2035 para a recuperação e conservação dos recursos hídricos nas Bacias PCJ.

O evento foi promovido pela Agência das Bacias PCJ e Comitês PCJ e reuniu mais de 90 pessoas, entre representantes de diversas entidades, prefeituras e do Ministério Público. A execução técnica desse trabalho está sendo feita desde agosto de 2016 pelo Consórcio Profill-Rhama, de Porto Alegre (RS), ganhador da licitação realizada pela Agência das Bacias PCJ, com a supervisão da Coordenação de Sistema de Informação, formada pelo coordenador Eduardo Cuoco Léo, e pelos analistas Claudia Coleoni e Diogo Bernardo Pedrozo.

O diagnóstico aborda temas como saneamento básico, disponibilidade e demanda hídrica, uso e ocupação do solo e qualidade da água. O Plano de Bacias é um instrumento de gestão de recursos hídricos que identifica a agenda de programas e projetos necessários à recuperação e conservação dos recursos hídricos da bacia hidrográfica.



*Diagnóstico do Plano foi apresentado em Campinas*

“Recebemos colaborações que vão fortalecer e enriquecer nosso diagnóstico”, avaliou Eduardo Léo. Segundo ele, a expectativa é muito grande, pois ainda haverá uma fase de diagnóstico e uma fase de plano de ações e programas de investimentos que também vão passar por consultas públicas. “Nossa base para tomada de decisão vai ser muito sólida, muito bem validada”, comentou. “Temos um plano que já é, em si, bastante ambicioso. Certamente há algumas dificuldades para trilhar esse caminho. Creio que essa revisão do plano vai nos ajudar bastante a fortalecer as estratégias para alcançar nossos objetivos a partir de um panorama mais atual e verdadeiro da nossa realidade”, definiu.

Os trabalhos deverão ser concluídos até o final de 2018, com a produção de cinco cadernos temáticos: Garantia de Suprimento Hídrico; Educação Ambiental; Conservação e Uso da Água no Meio Rural e Recuperação Florestal; Águas Subterrâneas e Enquadramento dos Corpos d'Água Superficiais.. Os cadernos vão dar as diretrizes nessas cinco áreas.

LINKS para acesso ao relatório e à apresentação realizada na primeira consulta pública:

[RELATÓRIO](#)

[APRESENTAÇÃO](#)

# Disseminando conceitos!

Foto de Bolly Vieira



## PLANO NACIONAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA

Na edição anterior, explicamos sobre o Acordo de Paris e o Pacto de Paris, abordando temas como as Pretendidas Contribuições Nacionalmente Determinadas (iNDC, na sigla em inglês) no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Agora, explicaremos sobre o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), que foi elaborado pelo governo federal em parceria com a sociedade civil, setor privado e governos estaduais. Para acessar o PNA na íntegra, [clique aqui](#).

O PNA foi instituído por meio da Portaria Nº 150, de 10 de maio de 2016, tendo em vista a necessidade de redução da vulnerabilidade do Brasil à mudança do clima, bem como a gestão do risco da mudança do clima. O PNA é um dos instrumentos previstos na Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009) e tem como principais objetivos:

- Orientar a ampliação e disseminação do conhecimento científico, técnico e tradicional para apoiar a produção, gestão e disseminação de informação sobre o risco associado à mudança do clima, e o desenvolvimento de medidas de capacitação de pessoal;
- Promover a coordenação e cooperação entre órgãos públicos para gestão do risco associado à mudança do clima, por

meio de processos participativos com a sociedade, visando à melhoria contínua das ações para a gestão do risco associado à mudança do clima;

- Identificar e propor medidas para promover a adaptação e a redução do risco associado à mudança do clima.

Na elaboração do PNA, são considerados 11 setores estratégicos: Recursos Hídricos, Agricultura, Segurança Alimentar e Nutricional, Biodiversidade, Cidades, Gestão de Risco de Desastres, Indústria e Mineração, Infraestrutura, Povos e Populações Vulneráveis, Saúde e Zonas Costeiras. A implementação do PNA será feita pela União, de forma cooperativa com estados, Distrito Federal e municípios, organizações da sociedade civil e entidades do setor privado.

Visando monitorar o avanço das metas e dos objetivos do PNA, o Ministério de Meio Ambiente lançou o 1º Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano (para ler o Relatório, [clique aqui](#)).

Nesse Relatório, constam os principais avanços no período, resumo das ações e iniciativas realizadas, e a indicação dos desafios e próximos passos.

Para a efetiva implementação do PNA, faz-se necessária a inserção da gestão do risco da

mudança do clima nos planos e nas políticas públicas setoriais e temáticas existentes, ressaltando o envolvimento dos governos federal, estaduais e municipais, sociedade civil e setor privado.

### Fontes consultadas:

Agência Nacional de Águas (Brasil). Mudanças Climáticas e Recursos Hídricos: avaliações e diretrizes para adaptação. Brasília: Gerência Geral de Estratégia, 2016. 93 p. Disponível em: [http://www2.ana.gov.br/Documents/Mudancas\\_Climaticas\\_e\\_Recursos\\_Hidricos\\_ANA\\_2016.PDF](http://www2.ana.gov.br/Documents/Mudancas_Climaticas_e_Recursos_Hidricos_ANA_2016.PDF). Acesso em: 26 jul. 2017.

Ministério do Meio Ambiente (Brasil). Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: Sumário Executivo. Brasília, 2016. 14 p. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80182/LIVRO\\_PNA\\_Resumo%20Executivo.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80182/LIVRO_PNA_Resumo%20Executivo.pdf). Acesso em: 26 jul. 2017.

Ministério do Meio Ambiente (Brasil). Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: 1º Relatório de Monitoramento e Avaliação 2016-2017. Brasília, 2017. 35 p. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80182/10%20reuniao/1%20Relatorio%20de%20Monitoramento%20PNA\\_%202016-2017\\_rms.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80182/10%20reuniao/1%20Relatorio%20de%20Monitoramento%20PNA_%202016-2017_rms.pdf). Acesso em: 26 jul. 2017.



# Fique por dentro!

## Também estivemos no Fórum Brasil de Gestão Ambiental, em Campinas.

Entre 10 e 12 de Julho, na Expo Dom Pedro, em Campinas, aconteceu o Fórum Brasil de Gestão Ambiental, iniciativa quadripartite que realizou palestras, workshops, fóruns, debates, câmaras técnicas, rodadas de negócios, exposições e feira, com realização de apoiadores, patrocinadores e convidados, entre eles a ANAMMA – Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente, FNP - Frente Nacional de Prefeitos, Programa Cidades Sustentáveis, CDP – Carbon Disclosure Project, SINDIRREFINO, CB27 – Fórum das Capitais Brasileiras, ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, ABEMA – Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, SOS Mata Atlântica, COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Campinas, AESAS – Associação Brasileira de Empresas de Consultoria e Engenharia Ambiental, Governo do Estado de São Paulo, Prefeitura de Campinas, além da Agência das Bacias PCJ, que divulgou a Ação Eco Cuencas no evento. O Fórum Brasil teve milhares de participantes e apresentou novas tecnologias ambientais.



*Sergio Razera foi destaque no Fórum de Gestão*

## Em Florianópolis, RELOB coloca em pauta a gestão diante das mudanças climáticas



*RELOB 2017 - Abertura por Vicente Andreu da ANA*

A realização da conferência “A Gestão de Bacias Hidrográficas frente às mudanças Climáticas” aconteceu entre 21 e 23 de junho, em Florianópolis. A intenção foi promover um debate participativo sobre a gestão das águas no território abrangido pelos países participantes, de modo geral, e sobre a gestão de bacias hidrográficas frente às mudanças climáticas, em especial dentro do território das Américas do Sul, Central, Caribe e México, em particular. E a Ação Eco Cuencas esteve presente.

A organização foi da RELOB - Rede Latino Americana de Organismos de Bacias Hidrográficas, que tem sua Secretaria Técnica Permanente na RE-BOB - Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas, participante da Ação Eco Cuencas.

Em um cenário de discussões sobre a disponibilidade hídrica para o futuro, a América do Sul, Central, Caribe e México, que abrangem um contingente de mais de 400 milhões de pessoas e possui quase um quarto da água do planeta, precisam desenvolver conjuntamente processos estratégicos de gestão de água – especialmente em bacias.



## Novo vídeo WaterClima-LAC

O programa WaterClima coordenado pela Comissão Europeia, divulgou recentemente um vídeo onde você pode ter uma visão geral dos 3 projetos incluídos no âmbito do Programa WaterClima-LAC: Água sem Fronteiras; Eco Cuencas; e WaterClima-LAC - Zona Costeira.

É um vídeo que você não pode perder! [Acesse aqui.](#)

## Expediente

**Jornalista responsável e supervisão geral:** Ivanise Pachane Milanez  
**Diagramação:** Gabriel Josias

**Reportagens:**  
Claudia Coleoni  
Kaique Barretto  
Luiz Biajoni

**Fotos:** Acervo da Agência das Bacias PCJ  
**Apoio editorial:** Parla Assessoria!

